



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Malu Rocha Sampaio

Construção de conhecimentos em agroecologia: memórias dos caminhos que
percorri e das transformações que vivi

Barbalha/Ceará

2025

Malu Rocha Sampaio

Construção de conhecimentos em agroecologia: memórias dos caminhos que
percorri e das transformações que vivi

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Memorial submetido ao curso de Bacharelado em
Agroecologia da Universidade Federal Rural de
Pernambuco como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharela em Agroecologia

Orientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da
Silva Andrade.

Barbalha/Ceará

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S192cc Sampaio, Malu Rocha
Construção de conhecimentos em agroecologia: memórias dos caminhos que percorri e das transformações que vivi / Malu Rocha Sampaio. - 2025.
46 f. : il.
- Orientadora: Horasa Maria Lima da Silva Andrade.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2025.
1. Campesinato. 2. Circuitos Curtos de Comercialização. 3. Economia Popular e Solidária. I. Andrade, Horasa Maria Lima da Silva, orient. II. Título

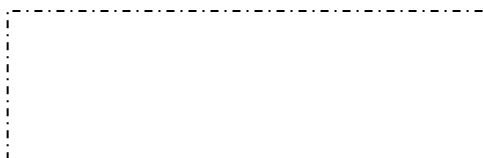
CDD

Malu Rocha Sampaio

Construção de conhecimentos em agroecologia: memórias dos caminhos que percorri e das transformações que vivi

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 17 de março de 2025.



Profa. Dra. Maria Virgínia de Almeida Aguiar
Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade
Orientadora



Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Me. Elmir Bezerra de Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram de alguma forma a chegar
até aqui e a quem sempre esteve comigo nessa caminhada final.

Este trabalho foi fruto de muito amor!

AGRADECIMENTOS

Não posso jamais deixar de agradecer a minha família, que me fez entender desde criança a importância de uma educação transformadora, e que sempre foi meu porto seguro, mesmo quando não estavam próximos a mim. Meu amor por vocês é infinito e a vocês eu devo tudo!

Também não posso deixar de agradecer as imensas amizades que construí durante este tempo no curso e que com certeza levarei para sempre comigo. Flávia, Tamires, Natália, Cícera e Amanda, carrego vocês no meu coração. Além das amizades que já carrego comigo e que seguem me fortalecendo, mesmo de longe. Natalice, Dandara, Marília e Fred, nunca deixo de pensar em vocês.

Se não fossem as amizades e o amor que carrego por todos, com certeza eu não estaria aqui, com este trabalho feito, concluindo meu curso. Mesmo que tenha sido construído somente por mim, um trabalho que considero profundamente solitário, foi graças a eles que eu consegui juntar forças, que eu não sabia nem que tinha, e me dedicar de uma forma tão intensa.

RESUMO

Desde que ouvi falar em agroecologia, me senti profundamente encantada pelos seus princípios e diretrizes, tendo como ideal a busca por formas de existir em consonância e respeito com as naturezas e seus ciclos, os territórios e suas particularidades, as culturas nas suas inúmeras expressões, as tradições com seus ensinamentos e a sociedade e toda sua diversidade. O objetivo deste trabalho é descrever o meu percurso, enquanto estudante do curso de Bacharelado em Agroecologia, com ênfase em Campesinato e Educação Popular – BACEP, e como ele foi se moldando a partir do que eu sou, dos territórios que frequentei, das práticas, descobertas, relações, afinidades e inúmeros aprendizados que fui construindo ao longo dessa intensa caminhada. Foi utilizada a metodologia imersiva, tendo em vista os processos educativos vinculados sempre às práticas reais do cotidiano, sejam elas durante as atividades em campo, as imersões, os estágios, os programas que fiz parte, entre outros. Observando todo esse caminhar, percebo o quanto mergulhei nas relações de produções que buscam formas mais autônomas e sustentáveis; escoamento da produção e garantia de melhores rendas; acesso a políticas públicas; e processos de cooperação e autogestão.

Palavras-chave: Campesinato; Circuitos Curtos de Comercialização; Economia Popular e Solidária.

ABSTRACT

Ever since I heard about agroecology, I felt deeply enchanted by its principles and guidelines, with the ideal being the search for ways of existing in harmony and respect with nature and its cycles, territories and their particularities, cultures in their countless expressions, traditions with their teachings and society and all its diversity. The objective of this work is to describe my journey, as a student of the Bachelor's degree in Agroecology, with an emphasis on Peasantry and Popular Education – BACEP, and how it was shaped based on who I am, the territories I visited, the practices relationships, discoveries and numerous learnings that I built along this intense journey. The immersive methodology was used, with a view to educational processes Always guaranteeing real everyday practices, whether during field activities, immersions, internships, programs that were part of, among others. Observing this entire journey, I realize how much I immersed myself in the relations of productions that seek more autonomous and sustainable forms; flow of production and guarantee of better income; access to public policies; and cooperations and self-management processes.

Keywords: Peasantry; Short Marketing Circuits; Popular and Solidarity Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Linha do tempo durante o curso do BACEP.	19
Figura 02 – Residência dos Mestres Socorro e Gil.	24
Figura 03 –Ecofeira da Rural: A) dia de sol; B) dia de chuva.	33
Figura 04 – Ações realizadas no PET: A) oficina Baobá dos Sonhos; B) Feira de Profissões de 2023; D) formação em autogestão .	35
Figura 05 – Encontros do PET que participei.	36
Figura 06 – intervenção dos trabalhos submetidos no 2º CIADT e 11º SEADET.	37
Figura 07 – Dia de entrega para o PAA: A) alimentos entregues à sede sendo pesados; B) caminhão da AGROFLOR sendo carregado para entrega; C) documentos referentes às entregas e prestação de contas.	41
Figura 08 – P1MC: A) peças para o encaixe da cisterna; B) cisternas com peças encaixadas; C) cisterna pronta.	42

QUADRO

Quadro 01 – Feiras agroecológicas com feirantes associados à AGROFLOR e quantidade aproximada de barracas.	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA-Agroecologia	Associação Brasileira de Agroecologia
ABD	Associação Brasileira Biodinâmica
AF	Agricultura Familiar
AGROFLOR	Associação de Agricultoras e Agricultores Agroecológicos de Bom Jardim
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BACEP	Bacharelado em Agroecologia com ênfase em Campesinato e Educação Popular
BEA	Bem-Estar Animal
BEXT	Bolsa de Extensão da UFRPE
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CE	Ceará
CIADT	Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
COOCARES	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares
COOREPLAST	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Abreu e Lima
COVID-19	Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
Ecofeira da Rural	Feira da Agricultura Familiar, Agroecologia e Economia Solidária da UFRPE
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
ESO I	Estágio Supervisionado Obrigatório I
ESO II	Estágio Supervisionado Obrigatório II
EWRT	Escola Waldorf Rural Turmalina
FAFES	Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de São Lourenço da Mata
FEWB	Federação das Escolas Wardorf no Brasil
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica da Cooperativas Populares da UFRPE
JEPEX	Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão
MEC	Ministério da Educação
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
NENA	Núcleo de Estudos e Promoção da Nutrição Atroposófico
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAE	Programa Nacional de Alimento Escolar
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAA	Sistema Agroalimentar Alternativo
SAF	Sistema Agroflorestal

SEADET	Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SESC	Serviço Social de Comércio
SNEA	Seminário Nacional de Educação em Agroecologia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UF	Unidade Familiar
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO - O QUE ME TROUXE ATÉ AQUI	13
2.DESENVOLVIMENTO - OS CAMINHOS QUE PERCORRI	19
3.CONCLUSÃO - TRANSFORMAÇÕES	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO – O QUE ME TROUXE ATÉ AQUI

Eu sou Malu Rocha Sampaio, sou de João Pessoa, na Paraíba, onde morei a maior parte da minha vida, nos bairros Cristo Redentor e Barra de Gramame Norte, mas atualmente resido em Recife, mais precisamente no bairro de San Martin. Apesar de eu ter nascido e crescido na capital, venho de uma família que é do interior do estado da Paraíba e do Ceará. Minha mãe, Marise Barreto Rocha, é de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, e meu pai, Francisco Lívio Pontes Sampaio, é de um distrito chamado Arajara, pertencente à cidade de Barbalha, região da Chapada do Araripe, no Ceará. Também possuo um irmão, Ivan Lívio Rocha Sampaio, que também nasceu em João Pessoa, como eu, mas é o mais apaixonado de todos por animais e naturezas.

Apesar da distância, minha família nunca perdeu o vínculo com esses lugares, visitando com frequência nossos parentes que vivem lá, até os dias de hoje. Também morei em Arajara com a minha mãe, quando eu tinha 14 anos, o que me trouxe sentimento de pertencimento e identidade muito forte, o que não sinto pela minha cidade natal.

Foi a partir da minha relação com os lugares dos meus pais que me vi apaixonada por questões referentes à Agricultura Familiar camponesa, tendo em vista que venho de uma família de agricultores que carrega muito dessa tradição, mesmo não exercendo mais a profissão. E foi a partir do curso de Bacharelado em Agroecologia, com ênfase em Campesinato e Educação Popular (BACEP) que pude compreender como minha relação com os lugares dos meus pais envolve questões relacionadas com Economia Popular e Solidária, a partir da minha vivência nesses lugares, observando diferentes formas de organização para lidar com o cotidiano, com os trabalhos, com as necessidades e com a geração de renda, ocorrendo muitas vezes de forma comunitária e autogestionada.

Foi convivendo com a união das pessoas desses lugares em torno de um propósito, seja ele agrário, cultural, religioso, político, social, entre outros presentes no cotidiano, que pude entender na prática muitos dos princípios que a agroecologia defende e como eles podem contribuir para a qualidade de vida e acesso a direitos a partir da organização, articulação e das experiências e expertises de cada um.

Não consegui ingressar na faculdade assim que concluí o meu Ensino Médio, mas consegui me formar em Arquitetura e Urbanismo em 2015, pela Universidade

Federal da Paraíba (UFPB), o que transformou muito minha autoestima e visão de mundo. Após essa minha formação, participei de inúmeros mutirões, cursos de bioconstrução, permacultura, entre vários outros, sendo um dos mais marcantes o mutirão de construção da Casa de Cura, em 2016, no território Xukuru do Ororubá, em Pesqueira. O mutirão ocorreu de forma participativa, solidária e autogestionada, sendo encomendado, orientado e acompanhado pelos Encantados, através dos rituais de Toré que ocorriam no terreiro próximo à construção, todos guiados pelo Pajé Zequinha e a liderança Iran Xukuru.

Foi a partir dessas experiências que conheci a instituição Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), no qual realizei o curso Técnico em Agroecologia, em Glória do Goitá, nos anos de 2017 e 2018. O estágio do curso Técnico em Agroecologia efetuei na mesma instituição, principalmente na sede, em Ibimirim, na unidade em Glória do Goitá, em propriedades de alguns alunos do SERTA, de agricultores familiares da região e em instituições parceiras. Foi possível realizar visitas técnicas, mutirões, implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF), quintais produtivos, composteiras, construção de diversas tecnologias alternativas, entre várias outras ações.

Foi a partir do SERTA que fiquei sabendo do BACEP. Ingressei no BACEP em 2021, pertencendo a segunda turma, com as aulas iniciando durante a pandemia de Coronavírus (COVID-19). A princípio eu confesso que me deslumbrei bastante com a proposta do curso e o visualizei como uma possibilidade para aprofundar ainda mais meus conhecimentos em algo que eu tanto amo e me identifico, e de fato ele foi isso sim para mim e muito mais.

Ao mesmo tempo também foi algo muito complicado ao ponto de eu acreditar várias vezes durante todo o curso não conseguir continuar. Por iniciar em um período absurdamente conturbado, considerando a pandemia e todo o seu contexto, por ter passado por alguns problemas familiares e financeiros durante esta trajetória, por achar que não conseguiria dar conta das aulas e cobranças intensas, mas principalmente por me deparar com pessoas da primeira turma que já haviam cruzado meu caminho antes, me causando danos que até hoje encontro dificuldade em superar. Isso de fato me afetou muito, me causando crises de ansiedade, insônia e inúmeros desconfortos durante toda a minha formação. Uma das estratégias que encontrei para conseguir dar continuidade foi me ausentar de quase todas as atividades que envolviam as duas turmas. Não me arrependo dessa escolha, usei isso

como uma forma de proteção que me foi útil para chegar até aqui, podendo até ter me ausentando ainda mais.

O curso trabalha com a pedagogia da alternância, intercalando aulas intensivas e exaustivas, aprofundando cada respectivo eixo, na sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sendo esse período nominado de Vivência Universidade (VU), e atuação em campo, período de Vivência Realidade Campo (VRC), nos nossos territórios ou em territórios “adotados” por nós, considerando aspectos relacionados com o campesinato e/ou agroecologia. Esse território no qual é realizada a VRC é chamado no BACEP de etnoagroecossistema, por contemplar algumas das inúmeras dimensões que o espaço representa.

Vislumbrei esse momento das VRC's como uma grande oportunidade para voltar a um dos lugares que eu sempre amei e me identifiquei, como também para aprofundar meu conhecimento em um espaço que frequentei por inúmeras vezes durante minha infância e que sempre me trouxe grande admiração. Escolhi o grupo “Terreiro, Arte e Tradição”, do Mestre Francisco Gilberto da Silva (Mestre Gil) e da Mestra Maria Socorro Alexandre da Silva (Mestra Socorro), localizado próximo à Arajara, na Comunidade Santo Antônio, perto da casa que era dos meus bisavós, em Barbalha - CE.

Não foi simples ter esse grupo como meu etnoagroecossistema para estar atuando durante o curso, acredito que por meus professores não me considerarem pertencente ao espaço, por eu não ser camponesa, por não morar no local e nem por ser um local na Região Metropolitana do Recife (RMR), o que sempre foi algo que me causou inúmeros desconfortos. Acredito inclusive que esse foi um dos motivos da última imersão da minha turma, que são atividades pedagógicas do curso realizadas em territórios dos estudantes e também das regiões existentes em Pernambuco, não ter ocorrido lá, mesmo que nenhum professor tenha conversado comigo para falar sobre essa decisão.

Em 2023 ingressei no Programa de Educação Tutorial (PET) Comunidades Populares e Políticas Públicas, que vem trabalhando em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE (INCUBACOOOP). Integrar esse programa foi de fato um marco em minha trajetória no BACEP, como também em minha vida, me trazendo aprendizados, experiências e amizades que constantemente vem me transformando a partir de cada ação nas inúmeras atividades desenvolvidas,

contribuindo de uma forma gigante naquilo que gostaria de aprofundar mais, como também ampliando tudo aquilo que passei a querer aprofundar.

Em 2024 fiz meu Estágio Supervisionado Obrigatório I (ESO I) na Associação de Agricultoras e Agricultores Agroecológicos de Bom Jardim (AGROFLOR), o que foi outro marco em minha trajetória no BACEP e em minha vida profissional, trazendo aprendizados gigantes que eu nunca imaginei acessar em um tempo tão curto. Apesar do estágio já ter terminado, sigo mantendo contato com a AGROFLOR e espero que possamos estabelecer parcerias e trabalhos em conjunto, a partir do que a Associação tem como objetivos, princípios e necessidades.

A parte mais difícil deste curso, e uma das mais difíceis e conturbadas da minha vida, foi no final de 2024 se estendendo até o atual momento. Quando pensei estar com tudo organizado e conseguindo executar tudo que havia planejado, esperando o momento para mergulhar no meu Estágio Obrigatório Supervisionado II (ESO II) e neste meu memorial. Que seria após o término do 2º Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (2º CIADT), junto ao 11º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (11º SEADET), na UFRPE. Meu sogro sofreu um gravíssimo Acidente Vascular Cerebral (AVC) hemorrágico, no dia 13 de dezembro, último dia do evento, virando minha vida totalmente de cabeça pra baixo, além de nesse mesmo dia ficar sabendo que não havia conseguido o estágio que tanto queria e que minha professora, orientadora deste memorial e supervisora do meu ESO II, havia sido internada.

Apesar destes acontecimentos, consegui realizar meu ESO II em fevereiro de 2025, mesmo mês de entrega deste memorial, junto ao professor Vagner Lopes da Silva, que ministrou para a minha turma a disciplina optativa “Manejo Agroecológico de Solos”. O estágio foi em parceria com a Escola Waldorf Rural Turmalina (EWRT), localizada em Paudalho. Também fiz do possível ao impossível para finalizar este memorial e concluir este cansativo mas incrível ciclo, que definitivamente não irá terminar aqui.

Uma das metodologias utilizadas foi a imersiva, que consiste em atividades consideradas pedagógicas com foco na aprendizagem experiencial e prática em situações concretas, relacionadas ao conhecimento que se espera adquirir. Como o objetivo consiste em proporcionar experiências reais, ou que tentam se aproximar da realidade, o diferencial está na apresentação do conhecimento por meio de uma situação/problema. Perceber-se dentro de uma história ou assumir um papel

profissional para a resolução de problemas proporciona uma experiência empática, que gera comprometimento e estimula autonomia, capaz de estabelecer relações entre o que se aprende no plano intelectual e as situações reais do cotidiano (Daros, 2019).

Observando as práticas executadas durante as VU's, as atividades passadas para serem realizadas durante as VRC's, muitas das atividades feitas durante as imersões, principalmente os trabalhos realizados para os ESO's, como também tudo que foi realizado pelo PET Políticas Públicas, é possível perceber como a metodologia imersiva esteve presente em todos os momentos de minha formação, permitindo vivências com experiências reais, ou até mesmo simulando situações que se aproximem da realidade, permitindo um melhor aprendizado, engajamento e comprometimento.

A metodologia imersiva se aproxima muito da perspectiva teórico-metodológica tempo-escola e tempo-comunidade utilizada em cursos da Educação do Campo, permitindo diálogos contínuos entre a formação acadêmica e a realidade concreta (Pacífico; Bolzan; e Blausius, 2020).

Fiz uso da “Linha do Tempo” relembrando toda a minha trajetória acadêmica enquanto estudante do BACEP, de 2021 até 2025, resgatando temas, eixos, atividades, imersões e trabalhos que foram mais marcantes para mim durante todo esse processo, moldando esse caminho até aqui e me transformando a partir de cada experiência e aprendizado. Também fiz uso de revisões bibliográficas acerca dos principais temas, acessei relatórios, sínteses, fotos vídeos e outros trabalhos elaborados por mim, e/ou por colegas do curso, sozinhos ou em grupos, minhas anotações das aulas e os textos recomendados que mais gostei, com o objetivo de resgatar e apresentar os pontos mais marcantes dessa trajetória.

Foi escolhido pelos professores deste curso, para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o gênero Memorial, fazendo relevante tratar de forma mais qualitativa a vida acadêmica dos estudantes do BACEP, junto a aspectos pessoais. Se constitui de uma certa forma como uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa simultaneamente histórica e reflexiva. Trata-se de um documento relativo às nossas lembranças e vivências, escrito em primeira pessoa, possibilitando uma reflexão sobre a construção de nossas identidades pessoais e profissionais, apresentando nossos percursos de vida, formações acadêmicas e práticas profissionais, apontando o que

teve de mais relevante para as nossas vidas, vinculados ao BACEP e a agroecologia (Cintra, 2020).

Os temas que mais me marcaram foram campesinato; expressões culturais e alimentação; agrobiodiversidade; Bem-Estar Animal (BEA); consórcios entre criação animal e vegetal; níveis de sustentabilidade agrícola; sementes crioulas; Circuitos Curtos de Comercialização (CCC); políticas públicas; processos de cooperação e autogestão; e resiliência comunitária.

2 DESENVOLVIMENTO – OS CAMINHOS QUE PERCORRI

Uma das ações que orientou minha escrita para este memorial foi a construção de inúmeras “Linhas do Tempo” sobre minha trajetória no BACEP, realizadas a partir dos temas e eixos de cada período, das imersões, dos relatórios entregues, dos trabalhos apresentados para as culminâncias, das ações no etnoagroecossistema que adotei, dos programas que participei junto às atividades que desenvolvi. Além dos encontros, seminários, congressos, feiras, entre vários outros eventos, que tive a imensa honra de participar, colaborando de alguma forma ou submetendo trabalhos.

Devido a quantidade imensa de conteúdos significativos que nos foi apresentados durante esses anos, selecionei os mais marcantes para mim de cada período (figura 01).

Figura 01 – Linha do Tempo durante o curso do BACEP.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Confesso que em minhas memórias os dois primeiros períodos se misturam quase como um só, acredito que seja pelo fato dos dois terem ocorrido de forma remota, durante a pandemia. Existem acontecimentos que eu sei de qual período pertencem, como o desenho do mapa do nosso território, no 1º, e a imersão com a

maior quantidade de territórios apresentados, totalizando 14, no 2º. Porém a distinção entre os dois passou a ficar mais nítida em minha mente após voltar no tempo e rever meus passos, o que às vezes ainda me traz uma certa confusão.

Foi nesses períodos que eu conheci pela primeira vez a experiência do Boi Mandingueiro, com a Mestra Andreia e o Mestre Genivaldo, em Paulista, que até hoje carrego imensa admiração e tento participar dos eventos que eles organizam, além de compreender mais, através dos ensinamentos deles, sobre o direito ao lazer e a brincadeira. Também revi meu colega de curso do SERTA, Felipe, do Quintal Capibaribe, em São Lourenço da Mata, e conheci mais sobre meu novo colega de curso do BACEP, Jair, do Quilombo Semear, em Paulista, entre várias outras experiências incríveis, mas que não marcaram tanto como essas três experiências citadas, talvez por ter ocorrido de forma remota. Foi nesses períodos que eu pude compreender mais sobre o conceito de campesinato e os princípios e diretrizes da agroecologia.

Geralmente no Brasil, a referência ao campesinato assume duplo significado. Por um lado, seria às formas mais tradicionais da agricultura, supostamente realizadas em pequena escala, com poucos recursos, pouco integrada ao mercado e frequentemente associada ao atraso econômico e social. Por outro lado, a palavra “camponês” remete a questões políticas, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido pelos governos militares, de 1964 a 1985. Por isso passou a ser evitada e substituída por expressões mais neutras, digamos assim, como “pequenos produtores”, “pequenos agricultores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda”, entre outros, que além de imprecisas, são expressões pejorativas (Wanderley, 2014).

Foi visto no BACEP que o termo “camponês”, dentro do âmbito brasileiro, tem sua origem na política, na década de 1950, associado às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos camponeses. Durante a ditadura militar, o governo tentou extinguir organizações de trabalhadores rurais autônomos (Ligas Camponesas), vindo a banir o termo do vocabulário oficial. O que deixa claro o interesse por parte das autoridades da época que o camponês não fosse reconhecido como tal (Sabourin, 2009).

Devido a uma compreensão limitada e reduzida daquilo que estaríamos considerando como camponeses no Brasil, tendo em vista que existem interpretações europeias que afirmam só existir camponeses a partir da transformação do sistema

feudal da serventia. Enquanto no Brasil, se acreditava que teríamos passado da escravidão diretamente para o assalariamento dos trabalhadores rurais, com a existência de pequenos produtores autônomos, que estariam historicamente integrados ao sistema capitalista, sob uma forma de dependência. Sendo que esta última descrição pode ser compreendida como camponeses não assalariados, apesar de alguns estudiosos defenderem a não existência de camponeses no Brasil (Sabourin, 2009).

A compreensão do que seja o campesinato no Brasil continua a ser objeto de debate e de disputa política, que envolve pesquisadores acadêmicos, formuladores de políticas públicas, movimentos sociais, entre outros. Está em questão o lugar social desses sujeitos, que se expressa por meio do significado que se atribui às categorias “campesinato”, “Agricultura Familiar” e também “agronegócio” (Wanderley, 2014).

De acordo com Wanderley (2014):

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva, voltados para as necessidades da família, quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (Wanderley, 2014, p. S026).

Apesar de ser uma caracterização genérica, pode ser adequada para uma melhor compreensão da grande diversidade de situações concretas de reprodução dos camponeses. No caso do Brasil, é preciso considerar que a agricultura brasileira manteve, após o fim do período colonial, seus traços estruturantes, que consistiam em grandes propriedades que trabalhavam com a monocultura e com o trabalho escravo. Porém este fato não impediu que se constituíssem, em espaços internos e externos dos latifúndios, ocupação sob formas distintas, usadas por agricultores camponeses. Pode-se afirmar com isso que as particularidades desses agricultores resultam das estratégias de resistência camponesas ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária (Wanderley, 2014).

É importante entender que é a diversidade existente expressa pela natureza dessas condições camponesas que conduzem para diferentes tipos e modos de produção camponês, construídos em torno de características comuns. Como por

exemplo a autonomia relativa ligada a uma dependência parcial de mercados diversificados e de recursos naturais escassos; a produção e seus usos são atribuídos por regras advindas do patrimônio cultural e por relações de gênero, parentesco e reciprocidade; caráter central do trabalho familiar e comunitário; relação de autonomia parcial perante mercados; entre outros (Sabourin, 2009).

Com o passar do tempo e mais estudos sobre o tema, foram pensados critérios que estariam presentes no estilo camponês de se viver e relacionar, como por exemplo possuir uma relativa autonomia em relação à sociedade global; ter a estrutura do trabalho vinda da família e dos grupos domésticos; possuir um sistema econômico diversificado, com partes autônomas e partes integradas a mercados diversificados; certa autonomia da Unidade Familiar (UF) e sua necessidade de recorrer à ajuda mútua; entre outros (Sabourin, 2009).

Partindo da análise da origem da agricultura camponesa e familiar no Brasil, principalmente em torno destas questões apontadas, não se pode negar que a maioria das unidades de produção que constitui o vasto setor da AF, se observa características camponesas, em função de sua origem e de sua diferenciação e/ou oposição com os modelos do empreendimento agrícola ou das empresas capitalistas (Sabourin, 2009).

Atualmente percebe-se a valorização das categorias “camponês” e “campesinato”, isso ocorre principalmente no interior dos movimentos sociais, que as associam à crítica aos processos de modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. De fato, grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sob outros formatos, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiro (Wanderley, 2014).

Já sobre os princípios e diretrizes em agroecologia, foi visto no curso que a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) já vem há algum tempo promovendo debates sobre a construção do conhecimento em agroecologia, tendo como aspectos principais relativos a essa questão a educação, extensão rural e pesquisa. Em 2013 a ABA realizou o 1º Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (I SNEA), no município de Paulista – PE, em parceria com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), da UFRPE, tendo como um dos objetivos propiciar um espaço para reflexão coletiva sobre os princípios e diretrizes da educação em agroecologia. Entende-se por

princípios e diretrizes um conjunto de orientações e valores abrangentes, fundamentais, definidores e norteadores do rumo a seguir para se colocar em prática um determinado fim. Aqui entendemos que princípios e diretrizes são orientações para tomada de decisões sobre qual caminho seguir visando a realização de uma educação com enfoque agroecológico comprometida com a construção de um futuro mais sustentável (Aguiar *et al.*, 2016).

O Princípio da Vida trata sobre o respeito à natureza integralmente na sua existência, manutenção e regeneração de sus ciclos vitais, estruturas, funções e processos evolutivos, buscando aprender a partir da observação das interrelações da diversidade dos seres vivos nos diversos ecossistemas para além da visão antropocêntrica, estabelecendo valores integrados as subjetividades, garantindo acessos que possibilitam a sustentabilidade.

O Princípio da Diversidade vai contra aspectos homogeneizadores presentes na educação, reconhecendo e valorizando a diversidade nos diferentes ecossistemas, agroecossistemas e paisagens, nos bens naturais, nas práticas sociais, saberes locais e acadêmicos, valores, cultura, formas de organização, entre outros, que determinam as relações das pessoas com a natureza.

O Princípio da Complexidade trata sobre a transdisciplinaridade, fugindo da simplificação, fragmentação, compartimentação, hiperespecialização, do reducionismo. Reconhece a multidimensionalidade das coisas, suas relações, associações e interações, construindo um conhecimento agroecológico primado pelo pluralismo através do diálogo de diversos saberes e áreas de conhecimento, considerando suas subjetividades.

E o Princípio da Transformação trata sobre a conscientização e liberação das estruturas ideológicas de dominação, buscando formas pessoais críticas e criativas, capazes de compreender e atuar com autonomia para a promoção da vida e da sustentabilidade do planeta.

Mas com certeza, nesses 2 períodos, o que mais me marcou foi a escolha do etnoagroecossistema, um espaço que pude frequentar desde minha infância até os dias de hoje, que sempre me trouxe imensa admiração, além de ser o lugar que eu mais amo nesse mundo, que sempre sonhei em morar, que sempre estive em minhas lembranças mais afetuosas e sempre desejei escrever sobre, desde que era criança, como uma forma meio “imatura” de imortalizar as histórias e lembranças da região, devido às intensas mudanças e transformações que vem sofrendo ao longo dos anos.

O etnoagroecossistema adotado por mim foi o de Mestre Gil, também conhecido como Mestre Ceará, junto a sua companheira, a Mestra Socorro, e alguns de seus filhos e netos, localizado na Região Metropolitana do Cariri, Mesorregião do Sul do Ceará, pertencente ao Município de Barbalha (figura 02).

Figura 02 – Residência dos Mestres Socorro e Gil.



Fonte: acervo pessoal (2024).

Mestre Gil nasceu em 1968, e desde os seus 7 anos de idade se interessava por cultura, graças principalmente à sua mãe, uma cantora de coco de voz linda. Também gostava muito de brincar de “maneiro pau”, um jogo típico da região feito com pedaços de madeira, e desde os seus 8 anos brincava de “careta”, uma manifestação cultural que ocorre na Semana Santa, no último dia, quando malham o judas e fazem a leitura do “testamento de judas”, um livro criado por poetas da região, que não se identificam, falando das pessoas do lugar.

Se mudou para São Paulo no dia 01 de maio de 1987, indo principalmente para trabalhar no corte de cana, devido às dificuldades vividas na época, e assim que chega lá já inicia seus treinos na capoeira, além de se aproximar de outras manifestações culturais, como o samba de roda e maculelê, o que achou bem parecido com o “maneiro pau”. A partir desses contatos, começa a idealizar um espaço que fosse possível trabalhar várias manifestações culturais juntas, tendo a capoeira como elemento principal, além de ensinar as músicas, a confeccionar os instrumentos, a história de cada manifestação, ter uma relação mais estreita com seus alunos, entre outros. Haja vista que esses grupos não se misturavam, cada um dos grupos tinha seu Mestre e seus integrantes, os Mestres não eram muito receptivos uns com os outros e os alunos aprendiam a partir da observação.

Em 1991 Mestre Gil consegue se graduar como professor de capoeira e retorna para a Comunidade de Santo Antônio em 1992, fazendo de sua propriedade uma extensão do grupo que fazia parte em São Paulo, o “Filhos de Zambi”. Até então

não existia capoeira na região e nem as pessoas que faziam aulas com ele tinham conhecimento do que se tratava. Em 1993, Mestre Gil leva as manifestações culturais que vinha ensinando para a festa de Barbalha.

Em 1994, Mestre Gil retorna outra vez para São Paulo com o intuito de aprender mais sobre a capoeira, deixando um de seus irmãos responsável pelo espaço que dava aula, e ao retornar, outros grupos haviam se formado, vindos de Fortaleza, fazendo com que a capoeira evoluísse muito na região, porém aumentando a rivalidade entre os grupos, não ocorrendo aproximação entre eles.

Apesar do Mestre dele, em São Paulo, já falar sobre graduá-lo como Mestre desde 2013, quando ele havia formado o seu próprio grupo chamado “Terreiro, Arte e Tradição”, só em 2017 que Mestre Gil pega a corda branca, em São Paulo. Foi após formar seu próprio grupo que começa a idealizar um evento, tendo a capoeira como elemento principal, com diferentes grupos de cultura popular participando, com o intuito de mostrar para os grupos de capoeira da região do Cariri que a capoeira não é só luta e rivalidade, mas que pode ser um elemento de união entre eles, com potencial de agregar muito mais culturas a essa arte.

O evento foi chamado de “Terreirada Cultural”, com o objetivo de realizar 24 horas de eventos, com formação, batizado, dinâmicas, apresentações de vários segmentos da cultura popular, roda de capoeira na madrugada e, ao amanhecer do dia, muito forró pé de serra, trazendo vários Mestres e fazendo intercâmbios com outros grupos. Devido ao tamanho do evento e a dedicação necessária para sua realização, resolveram organizá-lo a cada 2 anos, por não possuírem muito patrocínio, sendo quase tudo realizado através da amizade e trocas, com o primeiro ocorrendo em 2015.

A sede do grupo “Terreiro, Arte e Tradição” fica localizada na residência dos Mestres Gil e Socorro, na Comunidade Santo Antônio, e nesse espaço, além dos trabalhos com agricultura e criação de animais, acontecem de forma fixa as aulas de capoeira, todas as segundas, quartas e sextas, e rodas de capoeira, todos os sábados, às 19 horas, tanto as aulas como as rodas. Também realizam no espaço do “Terreiro, Arte e Tradição” oficinas, aulas, encontros e eventos voltados para aspectos da cultura popular, arte, história, tradição, agroecologia, entre outros. Todos podem participar, não é cobrado nada em qualquer atividade que ocorra no espaço, independente da idade, gênero, experiência com a capoeira e condições financeiras,

e toda sua família faz parte do grupo, estando presente nos processos de organização, aulas, atividades etc.

Em 2022 Mestre Gil é diplomado como “Tesouro Vivo da Cultura” do Estado do Ceará, previsto na Lei Estadual 13.842, de 27 de novembro de 2006, voltada para o reconhecimento dos saberes e fazeres das mestras e mestres da cultura tradicional e popular. Quem é diplomado conta com reconhecimento institucional e passa a receber subsídio no valor de um salário mínimo mensal, como auxílio para manutenção de suas atividades, tendo como objetivo preservar a memória cultural e garantir a transmissão de saberes e fazeres artísticos e culturais. Em 2023 recebe o título de Notório Saber em Cultura Popular, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Se classifica como agricultor familiar, tendo como foco principal a produção sem utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas, priorizando aquilo que eles comem, trocando ou comercializando os excedentes, quando ocorre. Já participou como presidente da Associação de Pequenos Agricultores da Comunidade de Santo Antônio, por 10 anos, de 2002 a 2012, mas atualmente não faz mais parte da associação por estar na presidência alguém que não trabalha como agricultor, não concordando com isso.

Infelizmente a região está passando por um intenso processo de “invasão urbana”, como descreve Mestre Gil, fruto da especulação imobiliária, o que leva a inúmeras pessoas que possuem propriedade na região a lotearem cada vez mais em parcelas menores do que é permitido por lei, que é de 2 ha a fração mínima de parcelamento, impossibilitando seu uso agrícola devido ao pouco espaço, e levando a construção de centenas de casas na região. O serviço Geológico do Brasil aponta para os problemas decorrentes do aumento desordenado da malha urbana proveniente da expansão e conurbação de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (polo Crajubar) em direção às vertentes do Araripe, gerando desmatamento generalizado, super exploração, poluição dos recursos hídricos e ocupação urbana junto aos rios (Dantas *et al.*, 2018).

Pude visitar este etnoagroecossistema diversas vezes em quase todos os períodos, com exceção do primeiro, coletando todas as informações existentes neste memorial, entre outras muitas informações que infelizmente não couberam aqui, durante a execução das atividades propostas pela BACEP em cada período, relacionado com todos os eixos e temas, ocorrendo quase sempre de forma

presencial, em sua residência, mas também através de chamadas de telefone, quando eu não estava próxima. Não só foram coletadas informações, mas também realizado trabalhos em conjunto, como planejamento dos sonhos, planejamento do SAF em sua propriedade, trocas frequentes de sementes, produção de uma cartilha de sementes registrando as sementes que eu consegui trocar em sala de aula, a partir de algumas oferecidas pelos Mestres Socorro e Gil, como também as que eu consegui adquirir durante a imersão do 5º período.

Com o início das aulas presenciais foi quando começamos a aprofundar nossos conhecimentos em agrobiodiversidade, Bem-Estar Animal, consórcio entre produção animal e vegetal e níveis de sustentabilidade, o que me abriu a cabeça de inúmeras formas em aspectos que até então não havia enxergado da forma que o curso me transmitiu.

O conceito de “agrobiodiversidade” surgiu em um contexto interdisciplinar que envolve diversas áreas de conhecimento, como agronomia, antropologia, ecologia, botânica, genética, biologia da conservação etc. Reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, interferindo nas políticas de conservação, na promoção da segurança alimentar e nutricional, no desenvolvimento local e sustentável e na inclusão social (Santilli, 2009).

A agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, constitui uma parte importante da biodiversidade e engloba todos os elementos que interagem na produção agrícola, como os espaços cultivados ou utilizados para criação de animais, todas as espécies cultivadas e seus parentes silvestres, como também as ervas daninhas presentes no local, os parasitas, os polinizadores, os predadores, os organismos que vivem com outros e a diversidade genética a eles associada. Tudo que é necessário para sustentar os agroecossistemas (Santilli, 2009).

Apesar de ser um termo usado para definir a diversidade biológica existente em ecossistemas cultivados, os processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas são um componente chave da agrobiodiversidade, portanto não se pode tratar de forma dissociada dos contextos e práticas culturais e socioeconômicas que a determinam e condicionam, a diversidade resulta tanto de fatores naturais quanto culturais. É possível observar diferentes sociedades que adaptam variedades diversas de plantas de acordo com aquilo que eles possuem e seus diferentes usos, podendo ser para a alimentação das pessoas, dos animais de

criação, das diferentes formas de se comer e processar determinados alimentos, como cru, cozinhado, em forma de farinha, entre outros, como também seus usos medicinais, religiosos ou até mesmo ornamentais (Santilli, 2009).

A diversidade agrícola pode se expressar por características perceptíveis pelo olhar, como variações de cores, formatos, tamanhos, entre outros, como também por variações genéticas, como resistência a secas, a doenças, alto teor nutritivo etc. A perda da biodiversidade agrícola é causada sobretudo pela substituição das variedades locais e tradicionais, que se caracterizam pela sua ampla variabilidade genética, pelas variedades “modernas” que prometem alto rendimento porém com estreita base genética (Santilli, 2009).

Já sobre Bem-Estar Animal (BEA) e consórcio entre produção animal e vegetal, pude aprender no BACEP que ao se pensar na criação de qualquer animal doméstico, é de extrema importância entender aspectos relacionados ao comportamento deste animal em seu habitat natural, sua resposta fisiológica em relação ao meio, como também o habitat ao qual ele faz parte, para assim podermos não só contemplar tudo aquilo que ele necessita para melhor desenvolver e viver, como também escolher o animal mais adequado para o tipo de agroecossistema que temos.

Ao se compreender melhor esses aspectos, é possível selecionar animais mais adaptados ao clima que se tem, ao tipo de vegetação existente, aos alimentos que já estão disponíveis ou que podem ser produzidos com uma certa facilidade, as condições do solo, os que causam impactos semelhantes aos animais nativos, entre vários outros aspectos, reduzindo com isso os possíveis impactos ambientais ao meio, o estresse sentido pelo animal e o trabalho e gasto dos criadores.

Há algum tempo já se vem estudando sobre BEA, porém na produção animal, a avaliação do BEA é complexa, pois envolve questões relacionadas às instalações, ao manejo e ao ambiente, podendo ser avaliado através de aspectos comportamentais, fisiológicos, sanitários e produtivos. Os comportamentos anormais, aqueles que diferem em padrão, frequência ou contexto em condições naturais, indicam condições desfavoráveis ao seu bem-estar. Por meio da observação comportamental, é possível mensurar o estado do indivíduo em relação ao seu ambiente (Baptista; Bertani; e Barbosa, 2011).

Em geral, definições de bem-estar levam em consideração um conjunto de conceitos, como por exemplo o das “cinco liberdades”, sendo elas: estar livre de sede

e fome; estar livre de desconfortos; livre de dor, lesão e doenças; livre de sentir medo e estresse; e livre para expressar o comportamento natural da espécie. Quando o BEA é comprometido, ocorre retardo ou diminuição do ganho de peso, atraso no início da reprodução, possíveis gastos com medicamentos, problemas de abscesso, além de poder levar o animal à morte (Baptista; Bertani; e Barbosa, 2011).

No curso pude ter uma ideia melhor dos inúmeros benefícios de se integrar a criação animal e os sistemas de cultivos dentro de uma perspectiva agroecológica, observando uma maior diversidade de criação e de cultivos agrícolas e uma forte integração entre eles, complementando e suprimindo suas necessidades.

Nos foi apresentado alguns exemplos de produção animal e vegetal em consórcio, uma delas que achei interessante intercalava também com as estações do ano. Por exemplo, durante o inverno, período de maior chuva, as famílias concentravam suas energias na produção vegetal, aproveitando da irrigação ocasionada pelas chuvas dessa época, além da construção de tecnologias que possibilitam estender o ciclo de produção forrageira durante os períodos de estiagem, como barragens subterrâneas, intensificando o plantio consorciado com hortaliças, frutíferas, leguminosas e várias espécies de forrageiras e plantas medicinais. Também faziam manejo regenerativos da pastagem nativa, através da rotação nas áreas de pasto, com períodos de descanso, para garantir a manutenção do banco de sementes no solo das espécies herbáceas espontâneas, além de cercas vivas com espécies nativas (Freire *et al.*, 2009).

As famílias armazenavam os cultivos dos roçados em depósitos, como também aproveitavam a biomassa com potencial forrageiro produzido nas propriedades fazendo ensilagem em silos-trincheiras e de superfície, sendo uma excelente forma de garantir o alimento para rebanhos numerosos no verão, fazendo uso destes recursos armazenados durante o curto período de transição entre o inverno e o verão, com as famílias concentrando a energia para a colheita e estocagem da forragem, podendo ser de grãos ou de biomassa. O trabalho que antes estava concentrado na agricultura, passa a se concentrar na criação animal até o início das próximas chuvas (Freire *et al.*, 2009).

A criação animal seria como uma espécie de “poupança” da família agricultora, porque é dessa criação, desde aves até animais maiores, que é tirada a manutenção da agricultura durante o inverno, como também dos insumos da agricultura para a manutenção da criação de animais durante o verão, além de suprir

as necessidades alimentícias das famílias, não sendo necessário recorrer a insumos externos, o que levaria a maiores gastos (Freire *et al.*, 2009).

É através do aumento da biodiversidade dos sistemas produtivos, principalmente através das experiências que integram a criação animal e produção agrícola, que se observa uma maior produtividade, mais eficiência energética, melhor manejo de nutrientes e redução dos riscos, além de maiores níveis de sustentabilidade. As inúmeras formas e escalas encontradas em diferentes sistemas tradicionais mostram como a agrobiodiversidade contribui para uma maior sustentabilidade, garantindo o uso mais eficiente dos recursos locais, diminuindo com isso a dependência de insumos externos, ao mesmo tempo que conservam os recursos biológicos, a biodiversidade, reduzem os riscos ambientais, os econômicos e preservam os saberes locais e o empoderamento dos agricultores (Freire *et al.*, 2009).

Todo esse conhecimento que pudemos aprofundar no BACEP contribui para a construção de um folheto, tipo quadrinho ilustrativo, criado todo com as minhas amigas Flávia e Natália, apresentado durante a culminância do curso, explicando essa interação e seus benefícios. Também ampliou muito minhas perspectivas de atuação e formas de lidar com as inúmeras experiências que pude conhecer, principalmente durante as imersões que ocorreram entre os 3º e 5º período.

Foi muito transformador poder conhecer as experiências do Sítio Enjeitado, em Triunfo; a propriedade da minha amiga, Cícera, na Comunidade Santana dos Guerras, em Santa Cruz da Baixa Verde; a Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM), junto aos sítio de Maria José e Rubenice, em Lagoa de Itaenga, retornando em outro momento junto ao PET; a propriedade do meu colega de curso, Anderson, no Sítio Três Estrelas, em Glória do Goitá, realizando uma silagem com todos os colegas da turma, professores e seus parentes; a AGROFLOR, junto ao Sítio Torto, em Bom Jardim, que tive o imenso privilégio de retornar durante o ESO I; e o Mercado da Vida e a Associação Vida Agroecológica, junto ao sítio de Josélia, em Bonito, retornando em outro momento junto ao PET.

A Casa de Sementes do território Xukuru, em Pesqueira, também me marcou muitíssimo, por poder retornar ao local que fiquei por muito tempo contribuindo na construção da Casa de Cura, porém agora com meus colegas de curso, principalmente minha amiga Flávia, que estava em sua primeira imersão por ser mãe.

Nos foi explicado no BACEP, e enfatizado nesse território, que para muitos camponeses e agricultores as sementes são consideradas sagradas, porque podem gerar alimentos e outras vidas, e que guardar suas próprias sementes para plantar, significa ter liberdade e independência, preservando junto sua história e tradição.

No etnoagroecossistema dos Mestres Socorro e Gil, eles buscam armazenar suas próprias sementes para plantar a partir delas, como feijão de corda e de arranca, milho amarelo, vermelho e branco, fava branca, preta e rajada, andu preto, branco e jacobina. Armazenam em garrafas PET, guardando de um ano para o outro, deixando as melhores sementes secarem no pé, plantando considerando aquilo que eles consomem, trocando ou às vezes comercializando os excedentes com vizinhos, parentes e produtores da região. Acreditam que com essa prática conseguem sementes mais resistentes, um controle maior se o produto é orgânico e não transgênico, garantem a alimentação da UF com alimentos de qualidade e preservam a cultura de troca, presente na tradição local.

Foi a partir das aulas sobre sementes crioulas que nos foi passado o exercício de colher sementes em nosso etnoagroecossistemas para realizar trocas em sala de aula com os outros alunos do BACEP. Todas as sementes que eu consegui adquirir a partir dessa atividade, entreguei aos Mestres Socorro e Gil, e produzi junto a Mestre Gil um catálogo de sementes, que foi apresentado na culminância do curso, registrando todas as sementes compartilhadas que eu tive acesso, contendo fotos com as medidas, nome conhecido, guardião da semente (aquele que cultivou e armazenou), período que colheu e característica, podendo ser sobre o tempo para produzir, principal uso, receitas etc.

Também acho válido, ao se falar sobre a importância das sementes crioulas, refletir sobre a noção de cultura alimentar e sua inserção nos debates sobre soberania alimentar e nutricional, abordando o conceito de cultura alimentar e o papel da cultura na alimentação, enfatizando a importância dos significados da alimentação, principalmente aqueles que traduzem a identidade de um grupo social, como os símbolos e significados que compõem a cultura e agem sobre a alimentação (Braga, 2004).

Nossos hábitos fazem parte de um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações, e tem relação com a tradição e com o cotidiano, podendo ser analisados como um sistema de comunicação, no sentido de comunicarem sobre a sociedade que pertencemos. Existem expressões culturais que dão sentido às

relações existentes com o lugar, o modo de viver, de comer, de preparar o alimento, o modo de existir, de se perceber, entre outros, que são nossa identidade social. Sejam escolhas atuais ou tradicionais, existem aspectos que dão sentido ao que conferimos a nós e a nossa identidade, revelando a cultura em que estamos inseridos, podendo ser em uma esfera nacional, regional, comunitária etc (Braga, 2004).

É de extrema importância valorizar as expressões culturais que auxiliam na conscientização do que se é por meio do que se faz, por fortalecer os sentimentos de pertencimento, identidade, responsabilidade, autoestima coletiva, entre outros, através de formas que possibilitem a compreensão dos padrões, das origens, dos valores simbólicos, das histórias, etc.

Após esse período, em 2023, consegui participar do programa “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade”, pertencente a Extensão (BEXT 2023), e ingressar no PET Comunidades Populares e Políticas Públicas, o que revolucionou tudo em minha trajetória no curso e na vida, considerando aspectos que passei a querer aprofundar o meu conhecimento e me dedicar profissionalmente, como a Economia Popular e Solidária e os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), principalmente as feiras agroecológicas.

Entende-se por CCC as modalidades nas quais há uma comercialização direta entre produtor e consumidor final, podendo ter no máximo 1 intermediador entre eles. Os CCC são mecanismos de Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA) e caracterizam-se por uma maior proximidade entre produtores e consumidores e por gerar lucros maiores para os produtores. São exemplos de CCC algumas feiras, grupos de consumo organizado e até mesmo mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (Retière, 2014).

O PET Comunidades Populares e Políticas Públicas vem trabalhando em parceria com a INCUBACOOP, atuando em 2 áreas temáticas, sendo a primeira “meio ambiente e reciclagem de resíduos sólidos”, e a segunda “Agricultura Familiar e agroecologia”, junto a quatro territórios vinculados a esses temas: a Fábrica de Vassoura de Brasília Teimosa; a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Abreu e Lima (COOREPLAST) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares (COOCARES), também em Abreu e Lima; a Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária de São Lourenço da Mata (FAFES); e a UFRPE, com a Feira Agroecológica, da Agricultura Familiar e Economia Solidária da

UFRPE (Ecofeira da Rural), que passou a existir graças ao BEXT 2023, algo que se tentava há mais de 10 anos realizar dentro da UFRPE, mas nunca foi permitido antes dessa iniciativa do BEXT 2023.

Assim que ingressei no PET Comunidades Populares e Políticas Públicas, comecei a fazer parte do território UFRPE, participando junto a outros colegas de todos os processos de construção e funcionamento da Ecofeira, desde as articulações e reuniões com os parceiros, possíveis integrantes da feira e reitoria da UFRPE, como também sua inauguração, que ocorreu no dia 09 de novembro de 2023, e os processos de montagem, desmontagem, rodas de diálogos, atividades culturais, formações, seleção dos coordenadores da feira, seleção de novos feirantes a partir de edital, divulgação da feira e suas atividades semanais, construção de regimento, criação da logo, entre várias outras ações (figura 03, A e B).

Figura 03 –Ecofeira da Rural: A) dia de sol; B) dia de chuva.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Todo esse trabalho me trouxe imensos aprendizados e também inúmeros questionamentos e curiosidades acerca deste universo das feiras agroecológicas. Desde os preparos para se estar na feira comercializando e durante ela, até as formas de organização e articulação entre os feirantes, agricultores e respectivas associações; formas de produção e beneficiamento; transporte; como também outras formas de comercialização, mas dentro de perspectivas que possibilitem autonomia para os agricultores naquilo que se produz e como produz, entre outras ações realizadas.

É possível identificar várias contribuições que as feiras trazem para a AF, como melhora na condição econômica, novos hábitos saudáveis, promoção da igualdade entre agricultores e feirantes, difusão da solidariedade, mudanças nas condições de vida, relações igualitárias no que se refere a questão de gênero nas

feiras, utilização de recursos locais, preservação da natureza, entre muitos outros (Silva, 2016).

Apesar de ser um trabalho que aparenta ser simples, é extremamente exaustivo, acarretando muitas vezes um a dias inteiros de trabalhos intensos antes da feira começar, levando os feirantes a privação de sono, para garantir que todos os itens estejam prontos a tempo para a comercialização. Envolve atividades desde colher, limpar inúmeras vezes, fracionar, pesar, embalar, organizar e beneficiar de inúmeras formas, ralando, quebrando, descascando, cortando, cozinhando, entre várias outras atividades presentes no preparo. Durante esse processo, as demandas que vão surgindo do cotidiano não conseguem ser supridas, devido a atenção de toda a UF estar voltada para os preparos para a feira, o que resulta em trabalhos intensos também após as feiras.

No dia das feiras, os feirantes terminam ficando mais sujeitos a situações de assédio financeiro e moral, como pedir redução de preço ou questionar as formas de produção e beneficiamento e se os insumos são de fato orgânicos, entre outros.

A venda direta da produção e beneficiamento dos insumos agrícolas ocasiona mudanças na organização do trabalho, levando a exigências de um maior domínio de várias funções necessárias para a realização desses trabalhos, com pouco acesso a formação e capacitação acerca das atividades desenvolvidas, além de equipamentos e infraestrutura precários com pouca ou nenhuma possibilidade de financiamento, falta de acompanhamento e consultoria, entre outros. Porém possibilita um aumento considerável na renda do agricultor, melhorias na qualidade de vida e acessos, criação de laços de confiança entre os sujeitos envolvidos, novas formas de organização política e de autogestão e permanência dentro de uma produção mais autônoma e agroecológica (Retière, 2014).

Foi compartilhado pelos feirantes que comercializam ou já comercializaram na Ecofeira da Rural que a feira é considerada um bom exemplo de feira para eles, por possuir lugares para os feirantes sentarem, banheiros próximos da feira, limpos e a disposição para eles e consumidores, ter pontos com água potável próximos, ser na sombra, ter mesas e cadeiras para consumidores, música, espaço de lazer, interação, rodas de diálogos e atividades culturais e educativas e não começar de madrugada, ocorrendo das 06 até as 11 horas da manhã, todas as terça-feira da semana. Mas em compensação, foi mencionado por eles como fragilidade, não possuir tanto consumidores, portanto não sendo uma feira muito movimentada.

No PET Comunidades Populares e Políticas Públicas também pude participar e/ou desenvolver várias ações junto aos demais colegas do programa, como a construção de alguns cine debates; formações com a participação dos professores tutores, dos técnicos e de ex integrantes do PET, sobre diversos temas, como autogestão, escrita acadêmica, economia solidária, entre outros.

Também tive a oportunidade de participar em duas “Feiras de Profissões” organizadas pela UFRPE, apresentando o programa e suas ações, nossos respectivos cursos e organizando uma oficina intitulada “Baobá dos Sonhos”; articulação, organização e execução de 2 “Vivências no Campus UFRPE”, que consistiu em apresentar cursos, departamentos e laboratórios da UFRPE para estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Eurídice Cadaval, localizada em Itapissuma, uma das ações do Programas que mais gostei de ter participado, me trazendo imenso orgulho. Além disso teve a participação na organização de atividades vinculadas ao evento “Dia da Terra”, como palestra, roda de diálogos vinculado a Ecofeira, apresentação do vídeo criado por mim sobre a Ecofeira e ida a Lagoa de Itaenga, para a propriedade de um feirante da ASSIM; e organização do evento “Noite das Ideias”, com palestra, roda de diálogos vinculado a Ecofeira e ida a Bonito, a propriedade de Josélia, da Associação Vida Agroecológica (figura 04, A, B e C).

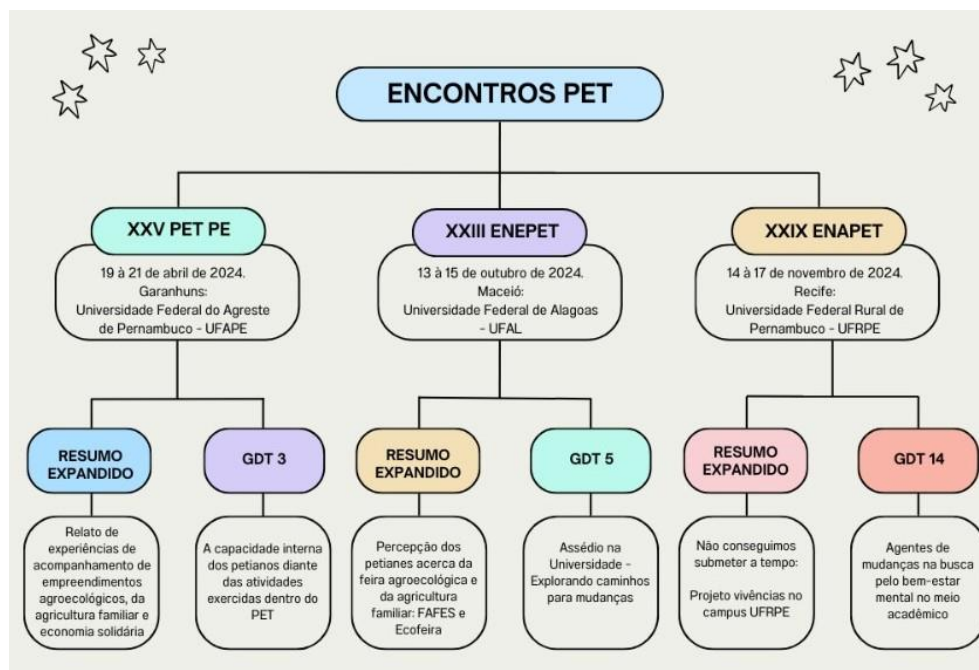
Figura 04 – Ações realizadas no PET: A) oficina Baobá dos Sonhos; B) Feira de Profissões de 2023; C) formação em autogestão.



Fonte: acervo pessoal (2024).

Também pude participar e publicar trabalhos sobre a Ecofeira da Rural em eventos, como a XXIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (XXIII JEPEX) e encontros do PET (figura 05).

Figura 05 – Encontros do PET que participei



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nada do que desenvolvi no PET foi sozinha, contando com amigos e companheiros incríveis na elaboração de inúmeros trabalhos, oficinas, formações etc. Principalmente minha amiga Tamires, que esteve ao meu lado em quase todos, sendo uma incrível companheiro e motivadora, tanto no PET como na vida. Foi no PET que consegui entender a dimensão que envolve economia popular e solidária com a agroecologia.

Vários movimentos trazem foco para as práticas de articulação política da economia solidária, incluindo o movimento agroecológico, que surgiu no Brasil por volta dos anos 1970, se organizando a partir de três grandes fases. A primeira emerge um movimento nacional contra a industrialização da produção agrícola; a segunda foi do surgimento de novos grupos e de formas de organização social; e a terceira foi a institucionalização da agricultura ecológica. A agroecologia se difere de outros tipos de agricultura de base ecológica por assumir a perspectiva de transformação em diferentes dimensões, como a ecológica, econômica, social, cultural, política e ética (Caporal e Costabeber, 2002).

As similaridades entre a Economia Popular e Solidária e a agroecologia está principalmente na crítica ao modelo civilizatório imposto pelo capitalismo, que se sustenta na exploração de seres humanos por outros seres humanos e na intensa exploração da natureza, transformada em mercadoria. As duas alinham-se numa

perspectiva epistemológica contra hegemônica e de resistência, propondo inovações socioeconômicas que possam construir alternativas que permitem não apenas ser contrárias ao capitalismo, mas caminhar na construção de um outro paradigma civilizatório (Caporal e Costabeber, 2002).

A partir do 6º período foi quando eu e minhas grandes amigas e companheiras de grupo de autogestão e culminância, Natália e Flávia, começamos a focar nossas atenções no tema camponeses das águas, motivadas pelos eixos sobre “água” e “metodologias participativas”, já que respectivamente, um não abordou esse tema contemplando os camponeses e o outro resolveu aprofundar mais essa questão em sala de aula. O fato de nossa amiga Natália ser pescadora contribuiu muito para isso, como também a imersão na caiçara dela e seu companheiro, Bolito, na Ilha de Itamaracá, e na ONG Caranguejo Uçá e propriedade de uma pescadora local, na Ilha de Deus.

Graças a isso conseguimos juntas submeter um resumo expandido, com esse tema, no 2º CIADT, junto ao 11º SEADET, que ocorreu na UFRPE (ver figura 06). Para mim, foi um sonho realizado poder estar fazendo isso junta a duas pessoas que eu tanto amo e que sempre estiveram próximas a mim durante todos os períodos do curso, produzindo trabalhos que eu considero ótimos, como cartilha, folheto, cordel, revista, ladainha, e muitos outros, sendo grandes companheiras na construção de todos, estando presentes em minha vida em diversas ocasiões, sempre me motivando e encorajando. Fizemos o resumo expandido vinculado ao tema de resiliência comunitária, que nos foi apresentado pelo BACEP e trabalhado durante todo o 7º período.

Figura 06 – Intervenção dos trabalhos submetidos no 2º CIADT e 11º SEADET.



Fonte: acervo pessoal (2025).

A resiliência, na visão ecossistêmica, percebe o indivíduo incorporado a várias esferas que se conectam, de modo que o individual, o familiar e o meio ambiente estão

interconectados e vários fatores de cada esfera contribuem para o processo de enfrentamento das adversidades. Com isso, o conceito de resiliência passou a ser aplicado também para entender capacidades adaptativas apresentadas por comunidades humanas e não só por indivíduos (Oliveira *et al.*, 2018).

A resiliência comunitária consiste nos processos grupais de enfrentamento e adaptação aos desafios coletivos, possuindo fatores relacionados a ela, que são: capital social, laços culturais e a infraestrutura que apoia o desenvolvimento dos membros da comunidade. Um grande dano sofrido por uma comunidade pode também significar a mobilização de recursos e capacidades solidárias da população para promover a transformação desta comunidade. Ao se avaliar a resiliência em diversas comunidades que sofreram desastres, se observou que a solidariedade, honestidade estatal, identidade cultural, autoestima coletiva e humor social aparecem com maior frequência nas comunidades que se sobressaíram com mais rapidez (Oliveira *et al.*, 2018).

A resiliência ocorre quando os recursos dinâmicos da comunidade são capazes de neutralizar os efeitos dos estressores, permitindo adaptação ao ambiente alterado e retorno ao funcionamento após o período de disfunção transitória. O desenvolvimento econômico de uma comunidade fomenta sua resiliência na medida em que oferece volume, diversidade em recursos econômicos e igualdade na distribuição dos mesmos. Ou seja, comunidades pobres estão mais propensas a apresentar reações psicológicas, sociais e físicas disfuncionais devido à situação de vulnerabilidade que se encontravam antes do desastre (Oliveira *et al.*, 2018).

O estudo de resiliência comunitária possibilita a identificação de fatores que contribuem para processos coletivos de enfrentamento às adversidades. Trata-se de algo que pode ser promovido, tendo tanto a comunidade quanto os agentes externos responsáveis por propiciar recursos físicos, econômicos e sociais que fazem com que ela seja menos vulnerável e mais capacitada para enfrentar as adversidades (Oliveira *et al.*, 2018).

Mesmo que uma comunidade possua inúmeros aspectos que contribuam para o fortalecimento da resiliência, é preciso que haja apoio e encorajamento adequado para que ela possa acessar seu potencial, permitindo superar as inúmeras adversidades. Estar inserido em uma realidade com grandes privações, como não ter acesso à educação, oportunidade de emprego, infraestrutura, entre outros,

enfraquece a resiliência, sendo ela compreendida também em termos de recursos que se pode acessar em um momento de crise (Oliveira *et al.*, 2018).

Durante os dois últimos períodos do BACEP, o 7º e o 8º, foi quando realizei o ESO I e II. O primeiro ocorreu na AGROFLOR, em Bom Jardim, e sua escolha foi guiada pelos trabalhos que eu vinha realizando junto a Ecofeira da Rural, como também pelo meu interesse em aprofundar meus conhecimentos nos diferentes CCC de alimentos oriundos da AF dentro de uma perspectiva agroecológica, desde as esferas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), até as feiras agroecológicas; as diferentes formas de produção e beneficiamento destes alimentos; e poder entender melhor e sistematizar os programas e políticas públicas trabalhadas pela Associação, dentro de seus processos metodológicos e de autogestão.

A AGROFLOR vem desenvolvendo trabalhos que visam fortalecer a AF dentro de uma perspectiva agroecológica desde sua fundação, em 1999, trazendo grandes contribuições para o município de Bom Jardim - PE, através da produção de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos e de forma diversificada e consorciada, muitas vezes produzidas como SAF. Um dos focos da AGROFLOR inicialmente foi a produção para autoconsumo, porém atualmente a Associação também se destaca pela comercialização em feiras agroecológicas, estando presente, durante o meu estágio, em nove feiras, distribuídas em quatro cidades de Pernambuco: Bom Jardim, João Alfredo, Surubim e Recife (quadro 01).

Quadro 01 - Feiras agroecológicas com feirantes associados à AGROFLOR e quantidade aproximada de barracas.

Feiras agroecológicas que possuem feirantes associados à AGROFLOR:	Quantidade aproximada de barracas existentes em cada feira:
Feira de Bom Jardim – das sextas aos sábados	4
Feira de João Alfredo – aos sábados	3
Feira de Surubim – às quartas	5
Feira das Graças – das sextas aos sábados	6
Feira de Boa Viagem – aos sábados	5
Feira de Setúbal – aos sábados	3
Feira de Santo Amaro – aos sábados	1
Feira do Rio Mar – aos sábados	1
Feira da Várzea – aos sábados	1

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Além das feiras, uma outra possibilidade de comercialização utilizada pela AGROFLOR que vem contribuindo muito para a geração de renda, diversificação da

produção e segurança alimentar e nutricional é o PAA, com a Associação se responsabilizando pela articulação, contrato, distribuição dos alimentos e prestação de contas do programa.

O PAA foi criado em 2003, a partir de reivindicações por parte dos agricultores familiares exigindo apoio à comercialização de suas produções, acesso aos mercados e garantia de preços. Na época existia interesse por parte do governo federal em implementar ações no âmbito das políticas agrícolas que fomentassem as produções sustentáveis, a geração de renda e a segurança alimentar e nutricional, vinculados ao programa “Fome Zero”, que tinha como um dos objetivos garantir o direito humano à alimentação adequada (Assis; Priore; e Franceschini, 2017).

Ao analisar ao longo do tempo de funcionamento do programa, é possível perceber que ele vem contribuindo com o aumento da diversidade da produção agrícola, melhoria na qualidade dos alimentos produzidos, fortalecimento das organizações coletivas e aumento da renda da AF (Assis; Priore; e Franceschini, 2017).

Achei incrível a forma como a AGROFLOR organiza e articula os contratos e ações para o PAA, como também para o PNAE, já que são parecidos. Quando é divulgada a chamada pública, anunciando os alimentos que pretendem comprar e os valores de cada, a associação se reúne com todos os agricultores associados que possuem o selo de Organização de Controle Social (OCS) e estão com todos os documentos exigidos em dia, para articular questões práticas do contrato. Aproveitam este momento para entrar em contato com aqueles que estão com documentos pendentes, lembrando a todos para atualizar e a sua importância.

Durante o meu estágio na AGROFLOR, o programa pagava no máximo 8.000 reais para cada agricultor durante o tempo do contrato, que é de 2 anos, mas o próximo estava previsto pagar até 15.000 reais. A partir da lista informando os alimentos que serão comprados, todos os agricultores aptos informam quais dos alimentos podem produzir durante os 2 anos. Ao fechar os alimentos de cada, a Associação faz o cálculo de quanto será necessário para cada um produzir nos 2 anos para chegar ao valor máximo, atendendo a definição de preço estipulada para cada alimento, mais o acréscimo de 30% em cada, por se tratar de produção orgânica.

As entregas ocorrem a cada 2 semanas, sempre às segundas, com os agricultores ficando responsáveis por levar os insumos até a sede e a AGROFLOR por entregar a cada unidade recebedora, que durante o meu estágio era o Serviço

Social de Comércio (SESC) e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), de Recife. As articulações sobre o que levar ocorrem com cada unidade recebedora entrando em contato com a Associação com mais de uma semana de antecedência da entrega, informando aquilo que pretendem comprar e a quantidade. A Associação encaminha para o grupo do WhatsApp, criado para este propósito, para cada agricultor responder o que pode levar e a quantidade aproximada, respeitando o que foi estabelecido no contrato. Após a Associação acertar com cada unidade recebedora o que cada um vai levar e quantidade, os agricultores possuem uma semana para organizar tudo e levar, com a Associação pesando e registrando todos os alimentos entregues (figura 07).

Figura 07 – Dia de entrega para o PAA: A) alimentos entregues à sede e sendo pesados; B) caminhão da AGROFLOR sendo carregado para entrega; C) documentos referentes às entregas e prestação de contas.



Fonte: acervo pessoal (2025).

A AGROFLOR também trabalha com a execução do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), no Agreste Setentrional de Pernambuco, ficando responsável pela construção de 583 cisternas, sendo 123 em Bom Jardim, 120 em João Alfredo, 120 em Surubim e 220 em Orobó, fazendo o diagnóstico das famílias que receberão, a articulação e organização dos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), visitas técnicas às propriedades em diferentes etapas da construção e os cuidados e vistorias por até 2 anos após a construção. As obras foram iniciadas em dezembro de 2023 com previsão para finalizar em outubro de 2024, sendo construída somente as cisternas “de consumo”, com capacidade para 16.000 litros (figura 08, A, B e C).

Figura 08 – P1MC: A) peças para o encaixe da cisterna; B) cisternas com peças encaixadas; C) cisterna pronta.



Fonte: acervo pessoal (2024).

Quando estava no estágio, eles estavam articulando com a Organização Não Governamental (ONG) Habitat para a construção de 20 cisternas de 16.000 litros e pisos em 3 casas com até 50m², em Riacho das Almas, com a AGROFLOR responsável por todas as etapas. A execução estava prevista para depois do término do meu estágio.

Já no ESO II, devido às circunstâncias que eu me encontrava, como também o meu supervisor, o professor Vagner, que teve um dos seus filhos internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante o meu estágio, a maioria das atividades que foram realizadas por mim terminaram ocorrendo de forma remota. Pude contribuir no planejamento da horta que já vinha sendo implantada na escola e frequentei o espaço poucas vezes, observando e colaborando nos trabalhos práticos necessários para o devido funcionamento da horta, junta a outros dois estagiários estudantes do SERTA e a um funcionário encarregado dos cuidados do local.

O professor Vagner é engenheiro agrônomo e trabalha com assistência técnica privada, desenvolveu o “Projeto Socioambiental entre Agricultura Biodinâmica e Pedagógica Waldorf”, que foi selecionado pela Escola Waldorf Rural Turmalina (EWRT), tendo como parceiros a Associação Brasileira Biodinâmica (ABD), a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), o Núcleo de Estudos e Promoção da Nutrição Antroposófica (NENA) e a Federação das Escolas Waldorf no Brasil (FEWB). O referido projeto conta com três linhas de atuação: pedagogia, agricultura e alimentação. Eu fiquei responsável durante o estágio por duas dessas três linhas, sendo a agricultura e a alimentação.

A EWRT é uma escola sem fins lucrativos, situada em uma área rural no município de Paudalho, Mata Norte de Pernambuco, próxima a fragmentos de Mata Atlântica e rios, permitindo práticas educativas que unem a integração com a natureza, ciências e arte. É regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC), filiada à FEWB

e integra a Rede de Escolas Associadas à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Um dos objetivos do projeto é que a escola seja sustentável na produção de sua própria alimentação, no que se refere às folhosas, com ela atualmente já conseguindo através da horta implantada na escola, a partir da assessoria do professor Vagner. Apesar de eu ter realizado meu ESO II dentro de uma perspectiva alinhada com a Pedagogia Waldorf e a agricultura biodinâmica, esses temas não me despertaram interesse, não sendo marcantes durante minha trajetória no BACEP.

3 CONCLUSÃO - TRANSFORMAÇÕES

Resgatar uma memória para mim é como andar para trás, dar passos voltando, fazer o caminho inverso, lembrar de trás para frente. É como rebobinar olhando tudo como foi ao contrário, para depois poder visualizar melhor para frente, na ordem do tempo, dos períodos, dos anos, me guiando pelos marcos. Não foi o caminho que eu escolhi para sistematizar minhas vivências, foi o que fiz no automático, o que já estava acostumada a fazer.

Apesar de acreditar não ser boa com metáfora, pensar nessa minha linha do tempo me fez pensar em um rio, do seu princípio até seu fim, da sua nascente até o mar. Não só contemplando seu formato e seu conteúdo, mas tentando entender como ele se formou, o quanto andou, o que passou, o que lhe fez crescer, ou até mesmo reduzir, o que às vezes lhe fez ficar mais forte, ou às vezes mais fraco, e tudo que construiu nesse caminhar. Rememorar a história desse rio foi nadar contra suas correntezas, perceber por onde passou antes de chegar até o mar, suas formas de lidar com as adversidades, do que construiu a partir do que passou, perceber como ele era totalmente diferente no princípio, bem miúdo, mais raso, e que já nesse fim, mesmo depois de grande e profundo, segue pequeno perto do mar.

Ao nadar tudo isso me deparei no que me transformei e me deslumbro. Percebo que por mais que esse caminho tenha sido percorrido por mim, nunca tinha refletido muito sobre suas transformações, principalmente na inconstância das águas que correm. Mesmo que pareça algo que está perto de concluir seu ciclo, chegar ao seu fim, segue se transformando, se moldando, mudando de acordo com tudo que vivencia, mesmo que já tenha chegado onde queria, mesmo já tendo encostado nas águas do mar. Sendo que agora eu quero mais!

Carrego comigo mais que aprendizados, mas desejos de aprender muito mais. A partir das inúmeras experiências que adquiri, espero poder seguir desenvolvendo trabalhos sobre agroecossistemas que buscam formas mais autônomas e sustentáveis de produzir; escoamento da produção agrícola, dentro de perspectivas agroecológicas ou que estejam alinhadas aos princípios e diretrizes da agroecologia; economia popular e solidária; e acesso à políticas públicas, principalmente por comunidades camponesas e tradicionais. Apesar das inseguranças, nesse caminhar me percebo muito mais capaz e segura daquilo que me transformei, do meu potencial, e no que quero seguir me transformando,

ampliando minhas capacidades e me surpreendendo. Espero poder através das escritas e desenhos, transmitir mensagens de transformação e revolução.

Apesar dos perrengues para estar aqui concluindo este memorial, com todos os imprevistos possíveis surgindo de todos os lados, ter realizado ele foi ao mesmo tempo gostoso. Infelizmente momentos ideais para se criar algo que tanto almeja e idealiza não passam de ilusões, mas apesar das adversidades, que sempre surgem na vida, é muito prazeroso concluir algo que foi realizado com tanta dedicação, zelo e amor. Porque muito do que me motiva a estar aqui é o amor!

Amor a tudo que venho estudando e que quero estudar ainda mais; por cada tema que considero importante e que me atravessou de alguma forma; as pessoas que estão nesse caminho comigo segurando a minha mão, se apoiando e se fazendo de apoio para conseguirmos chegar hoje aqui; e amor a tudo que almejo construir e seguir me dedicando, transformando e me transformando. Chego no fim chegando ao começo, não do mesmo, mas do novo. São ciclos que encerram para que outros possam abrir.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; SILVA, José Nunes da; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. VASCONCELOS, Gilvania de Oliveira Silva de; CAPORAL, Francisco Roberto. Construindo Princípios e Diretrizes. In: Seminário Nacional de Educação em Agroecologia – SNEA, 1., 2013, Paulista. Anais... Recife: Revista ABA-Agroecologia, 2016, p.3-15.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silva Eloíza; FRANCESCHINO, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. Viçosa: Ciências e Saúde Coletiva, 22 (2), 2017. p.617-626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.02292015>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BAPTISTTA, Raissa Ivna Alquete de Arreguy; BERTANI, Giovani Rota; BARBOSA, Clara Nilce. Indicadores do bem-estar em suínos. Ciência Rural, Santa Maria, v.41, n.10, p.1823-1830, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782011005000133>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Saúde em Revista, Piracicaba, v.6, n.13, p.37-44, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. v.3, n.2, p.13-16, 2002. Disponível em: <https://www.ufsm.br/uploads/sites/519/2019/10/31.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2025.

CINTRA, Ema Marta Dunk. O gênero memorial descritivo: relato de uma experiência de ensino. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v.20, n.2, p.321-339. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200106-5619>. Acesso em: 12 fev. 2025

DANTAS; Marcelo Eduardo; FERREIRA, Rogério Valença; SHIZATO, Edgar; BRANDÃO, Ricardo de Lima; TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; FREITAS, Luis Carlos. A Geodiversidade da Chapada do Araripe: de Padre Cícero a Luiz Gonzaga. CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Embrapa Solos, In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 12., Crato. Poster... Crato: Universidade Regional do Cariri, 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1105401>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DAROS, Thuinie. Como aplicar metodologias imersivas na educação superior. Desafios da Educação, 2019. Disponível em: <https://posts.desafiosdaeducacao.com.br/metodologias-imersivas-educacao-superior/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

FREIRE, Adriana Galvão; SILVEIRA, Luciano; MELO, Marilene Nascimento; NOGUEIRA, Francisco. No inverno a gente planta, no verão a gente cria. Revista

Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.7-14. ISSN: 1807-491X, 2009.

FUNES-MONZOTE, Fernando; TITTONEL, Pablo; LÓPEZ-RIDAURA, Santiago. Diversidade e Integração: elementos da agricultura ecologicamente intensiva. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.15-18. ISSN: 1807-491X, 2009.

OLIVEIRA, Ana Tercila Campos; MORAES, Normanda Araújo. Resiliência Comunitária: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. Trends Psychol/Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v.26, n.4, p.1731-1745, 2018.

PACÍFICO, Daniel Aparecida; BOLZAN, William Douglas; RODE, Edimar Luiz; BLASIUS, Mayara Breskovit. Imersão na realidade rural como metodologia de ensino: a experiência da disciplina Vivências em Agricultura Familiar. Revista Docência no Ensino Superior, Belo Horizonte, v.10. e015914, p.1-19. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15914>. Acesso em: 03 fev. 2025.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Helène. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidade de venda e adaptação dos sistemas agrícolas. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.91.2014.tde-06102014-160246>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SABOURIN, Eric. Será que existem camponeses no Brasil? In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 47., 2009, Porto Alegre. Anais[...]. Porto Alegre: SOUBER UFRGS, 2009. v.47.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores. São Paulo, Petrópolis, 2009. p.67-73.

SILVA, Vanessa Maria Santiago da. As feiras de base agroecológica em Recife – Pernambuco: trocas de saberes, sabores e ideias sustentáveis. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222,02292015>. Acesso em: 11 fev. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR. Piracicaba, v.52, s.1, p.S025-S014, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 04 mar. 2015.